

O uso de canabidiol para tratamento de pessoas com TEA na perspectiva do Precedente do STJ

Amanda Maciel Viana¹, Juliana Landim Siqueira Gomes², Fernanda Vivacqua Vieira³

(1) Aluno de Iniciação Científica do PROVIC/ISECENSA – Curso de Direito; (2) Pesquisadores Colaboradores - Laboratório de Estudos em Saúde Pública – LAESP/ISECENSA; (3) Pesquisadora Orientadora - Pesquisadora Colaboradora, MSc - Laboratório de Direito público, Processo e Litígios Estruturais - Curso de Direito Pesquisadora, MSc -- Laboratório de Pesquisa em Direito, Sociedade e Economia do Isecensa - LAPESDISE /ISECENSA - Curso de Direito - Institutos Superiores de Ensino do CENSA – ISECENSA, Rua Salvador Correa, 139, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio de desenvolvimento neurológico que afeta a comunicação, a interação social e os aspectos comportamentais do paciente diagnosticado. Muitas vezes, pessoas com TEA apresentam irritabilidade, nervosismo, agressividade, hiperatividade e agitação, que podem persistir mesmo com o uso de altas doses de medicação antipsicótica. O direito à saúde é garantido como direito fundamental no Art. 196 da Constituição, e a Lei 13.146/2015, conhecida como "Lei Brasileira da Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência", protege os direitos dos pacientes com TEA, uma vez que a Lei 12.764/2012, conhecida como "Lei Berenice Piana", em seu Art. 1º, §2º, equipara, para fins legais, a pessoa com TEA à pessoa com deficiência. É essencial que o direito fundamental à saúde seja respeitado e implementado diariamente, garantindo a todos os indivíduos o acesso a cuidados médicos e tratamentos eficazes e o uso de canabidiol como tratamento terapêutico para TEA representa um avanço importante nesse contexto. Apesar dos benefícios comprovados em estudos científicos, a autorização para seu uso ainda enfrenta divergências nos tribunais brasileiros. Dada a importância da temática, este trabalho visa verificar o entendimento prevalecente no Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o uso do canabidiol, utilizando-se, para tanto, uma metodologia de revisão de literatura, através de pesquisa bibliográfica, análise de leis e de decisões judiciais. Espera-se identificar, nas últimas decisões da Corte Cidadã, o entendimento pela autorização do uso do canabidiol.

Palavras-chave: Canabidiol. Autismo. STJ.

Instituição de Fomento: ISECENSA.

The use of cannabidiol to treat people with ASD from the perspective of the STJ Precedent

Amanda Maciel Viana¹, Juliana Landim Gomes Siqueira², Fernanda Vivacqua Vieira³

(1) PROVIC/ISECENSA Scientific Initiation Student – Nursing Course; (2) Collaborating Researchers - Public Health Studies Laboratory – LAESP/ISECENSA;(3) Supervising Researcher - Chemistry and Biomolecules Laboratory – LAQUIBIO/ISECENSA – Nursing Course - CENSA Higher Education Institutes – ISECENSA, Rua Salvador Correa, 139, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brazil.

Autism Spectrum Disorder (ASD) is a neurological development disorder that affects communication, social interaction and behavioral aspects of the diagnosed patient. People with ASD often experience irritability, nervousness, aggression, hyperactivity and agitation, which can persist even with the use of high doses of antipsychotic medication. The right to health is guaranteed as a fundamental right in Article 196 of the Constitution, and Law 13,146/2015, known as the "Brazilian Inclusion Law – Statute of Persons with Disabilities", protects the rights of patients with ASD, since the Law 12,764/2012, known as the "Berenice Piana Law", in its Article 1, §2, equates, for legal purposes, a person with ASD to a person with a disability. It is essential that the fundamental right to health is respected and implemented on a daily basis, guaranteeing all individuals access to effective medical care and treatments and the use of cannabidiol as a therapeutic treatment for ASD represents an important advance in this context. Despite the benefits proven in scientific studies, authorization for its use still faces divergences in Brazilian courts. Given the importance of the topic, this work aims to verify the prevailing understanding in the Superior Court of Justice (STJ) on the use of cannabidiol, using, for this purpose, a literature review methodology, through bibliographical research, analysis of laws and of judicial decisions. It is expected to identify, in the latest decisions of the Citizen Court, the understanding for the authorization of the use of cannabidiol

Palavras-chave: Cannabidiol. Autism. STJ.

Support: ISECENSA.